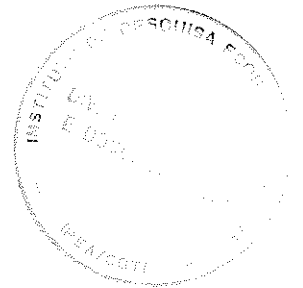


TEXTO PARA DISCUSSÃO/Nº 208

"A Colonização Particular na Amazônia nos Anos 80"

Anna Luiza Ozorio de Almeida
Charley F. Velloso dos Santos

DEZEMBRO DE 1990



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE

Antonio Kandir

DIRETOR TÉCNICO

Ruy de Quadros Carvalho

DIRETOR TÉCNICO ADJUNTO

Luis Fernando Tironi

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Renato Moreira

COORDENADOR DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMAÇÕES

Liscio Fábio de Brasil Camargo

COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE

Dagoberto Koehntopp

COORDENADOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA

José Garcia Gasques

COORDENADOR DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

Flávio Tavares de Lyra

COORDENADOR DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

Eduardo Felipe Ohana

COORDENADOR DE POLÍTICA SOCIAL

Luiz Carlos Eichenberg Silva

COORDENADOR REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Varsano

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar
resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando
profissionais especializados e recolhendo sugestões.

Tiragem: 100 exemplares

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Brasília:

SGAN Q. 908 - MÓDULO E - Cx. Postal 040013

CEP 70.312

COORDENAÇÃO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º ao 17º andares

CEP 20.020

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO

II. DOIS PROJETOS DE
COLONIZAÇÃO PRIVADA

III. PORCENTAGEM DA AMOSTRA DE
1981 ATINGIDA EM 1989

IV. METODOLOGIA DA PESQUISA

V. RESULTADOS

VI. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

VII. CONCLUSÃO

VIII. BIBLIOGRAFIA

**A COLONIZAÇÃO PARTICULAR NA AMAZÔNIA
NOS ANOS 80.**

Anna Luiza Ozorio de Almeida*
Charley Francisconi Velloso dos Santos**

Participaram da pesquisa de campo e da análise dos dados Maria da Piedade Morais, Alexandre Gheventer, Ana Margarida Cunha e Hans Henze. Rejane Meurym Reis digitou a versão preliminar do texto.

** Da Coordenação Regional do IPEA/Rio de Janeiro e da FEA/UFRJ.*

*** Da FEA/UFRJ.*

SINOPSE

Análise da fixação, da acumulação e da composição dos ativos agrícolas dos colonos em dois projetos de colonização privada no Mato Grosso - Nova Mutum e São José do Rio Claro - ao longo dos anos 80, com base em pesquisas de campo realizadas em 1981 e 1989. Os casos de maior fixação e acumulação deram-se dentro do processo geral de expansão geográfica do complexo agroindustrial sulista em direção à Amazônia, com base em extenso desmatamento, monocultura da soja, mecanização, uso intensivo de insumos químicos e uma tecnologia lesiva ao equilíbrio ambiental amazônico. Os casos de maior êxodo e descapitalização foram os de uso de uma tecnologia supostamente apropriada à ecologia amazônica: a da seringa. O uso das terras da Amazônia para fins de assentamento de uma população sem terra é, portanto, controverso, já que é difícil compatibilizar o sucesso econômico dos agricultores com a conservação ecológica da região.

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o desempenho de pequenos produtores agrícolas em dois projetos de assentamento privado no estado de Mato Grosso — Nova Mutum e São José do Rio Claro — durante a década de 80¹. Consideram-se, para tanto, duas pesquisas de campo realizadas nestas localidades em 1981 e em 1989. Os resultados do primeiro levantamento de campo efetuado em 1981 (que analisa a evolução dos projetos desde a sua implantação nos anos 70) são apresentados por Ozorio de Almeida (1987)². O objetivo do texto atual é, de posse de informações sobre a situação dos colonos no início da década (1981), efetuar uma comparação com o estado em que se encontravam no início de 1989, por ocasião de um retorno aos lotes. Trata-se, assim, de um estudo comparativo de uma amostra colhida em 1981 e revisitada parcialmente em 1989.

A principal preocupação do trabalho está na busca de causas que levem ao melhor ou pior desempenho da pequena produção numa situação de fronteira agrícola. A colonização dirigida foi a única política efetiva de distribuição de terras em grande escala no Brasil, visando atender à população pequeno produtora. O desempenho do colono nestas condições é a única aproximação possível ao que seria o resultado de uma reforma agrária no restante do país.

A medição do desempenho dos colonos ao longo do tempo é feita com base numa quantificação do valor total dos seus ativos. A partir desta quantificação, são analisados fatores explicativos da evolução observada. A comparação entre 1981 e 1989 foi possível no

caso de dois projetos de colonização privada de Nova Mutum e São José do Rio Claro, onde foram atingidos colonos anteriormente entrevistados em 1983³. Os ativos observados para a quantificação foram os valores imobilizados em: terra, rebanho, equipamentos, benfeitorias e outros bens duráveis.

I.1 A Mensuração do Desempenho da Colonização Privada⁴

O desempenho dos pequenos produtores durante a década de 1980 é avaliado neste trabalho segundo o grau de fixação aos lotes e a evolução do valor real dos ativos agrícolas entre 1981 e 1989. Por limitações orçamentárias e de tempo útil em campo, não foi possível levantar os dados sobre outros indicadores de desempenho econômico, tais como a renda ou o investimento agrícola. Ambos são extremamente difíceis de se quantificar, por serem muito variados, numa agricultura diversificada como a da pequena produção, e muito vulneráveis às condições correntes de curto prazo. Sua inclusão teria exigido um cuidado especial na escolha do ano agrícola a observar e um levantamento de campo muito mais detalhado, demorado e dispendioso, o que não era possível nas condições de realização deste trabalho.

A adoção de um indicador único e parcial — o patrimônio de ativos reais dos colonos — como representativo de desempenho da pequena produção, justifica-se devido ao bom resultado obtido no levantamento anterior, de 1981⁵, bem como ao menor tempo em campo, ao pequeno número de pesquisadores e aos poucos recursos disponíveis para o presente trabalho. Pelos mesmos motivos, foi possível

1 Este texto acompanha dois outros dos mesmo autores. "A colonização oficial na Amazônia nos anos 80" (dezembro de 1990) e "A Colonização dirigida na Amazônia nos anos 80" (fevereiro de 1990). A ordenação da exposição e a metodologia empregada são as mesmas nos três trabalhos e há alguma repetição entre os textos, visando facilitar leituras independentes dos mesmos.

2 Ozorio de Almeida, A.L. *Colonização dirigida na Amazônia: 1970-80*. Rio de Janeiro, FEA/UFRRJ, 1987. Tese de Titular.

3 Um outro projeto também visitado, Alta Floresta, não pôde ser analisado conforme o mesmo método quantitativo. Não foram entrevistados os mesmos colonos da amostra anterior, devido à limitação de recursos que restringiu o levantamento de campo. Impossibilitada, desta forma, a realização de um estudo comparativo no tempo, a análise do caso de Alta Floresta recebeu um tratamento qualitativo mais geral. A respeito ver Santos (1989) e Moraes (1989).

4 Esta seção é quase idêntica à de mesmo nome em "A colonização oficial...", podendo ser omitida a sua leitura para aqueles familiarizados com o texto anterior.

5 Ver Ozorio de Almeida (1987), especialmente capítulos 20 e 21.

observar apenas os ativos agrícolas reais dos colonos — terras, equipamentos, benfeitorias, animais e outros bens duráveis — sem que se tenha podido levar em conta os investimentos financeiros e os não agrícolas.

É claro que os ativos agrícolas têm defeitos como indicadores de desempenho. Pode-se perfeitamente supor que os pequenos produtores tenham bons resultados agrícolas ao longo do tempo, mas que seus frutos hajam sido consumidos, ou acumulados em outros empreendimentos, como e. g., em negócios. Efetivamente alguns colonos contactados pela pesquisa mantinham pequenos comércios em 1989, e consideravam-nos, às vezes, como atividades mais rentáveis do que a agricultura. No entanto, a despeito das limitações do indicador adotado (ativos agrícolas), a análise dos pequenos produtores somente enquanto agricultores resultou significativa e importante, como se verá a seguir.

Pode-se objetar quanto à inclusão dos bens duráveis de consumo (carro, casa, geladeira, fogão etc.) como parte dos ativos "agrícolas" dos colonos. Posto não serem bens de produção, poderão parecer estranhos ao processo de acumulação na agricultura, objeto desta investigação. No entanto, faz parte da chamada "lógica camponesa" a interpenetração entre decisões agrícolas (ou de "produção") e familiares (ou de "reprodução"), não sendo possível, na prática da "agricultura-familiar", separá-las uma da outra⁶. Os agricultores aqui observados não constituem empresas formais, mas pertencem ao setor informal da economia no meio rural⁷. São instâncias de acumulação em entidades que unificam produção e consumo num mesmo conjunto de decisões⁸. De qualquer forma, os bens duráveis resultam ser a menor parcela dentre os ativos pesquisados, variando em torno de 1-3% do valor total dos mesmos. Sua inclusão, portanto, em nada altera os resultados.

O indicador adotado — ativos reais agrícolas — implica uma definição específica do que seja

uma colonização bem-sucedida. Optou-se, aqui, por defini-lo como sendo a "reprodução econômica ampliada da pequena produção", ou seja, um processo de investimento e acumulação de capital na própria agricultura. Tal processo é considerado "bem-sucedido" porque redundaria, eventualmente e idealmente, num resultado geralmente considerado desejável: a formação de um subsetor agrícola ao mesmo tempo de base familiar e "moderno", ou "capitalista". Ou seja, a formação de um contingente de **small farmers** na Amazônia.

Cabe sublinhar que esta definição do "sucesso" da pequena produção é, até certo ponto, restrita, por presumir que seja desejável, para a sociedade como um todo, que a agricultura opere em moldes capitalistas. No entanto, existe uma farta literatura e uma grande variedade de outros critérios para avaliação da ocupação agrícola na Amazônia. A pequena produção é, amiúde, abordada sob óticas até antagônicas à adotada neste trabalho. Para Garcia Jr. (1983) e Herédia (1979), por exemplo, a pequena produção muitas vezes não pode ser analisada por parâmetros capitalistas, pois o objetivo do camponês pode não ser maximizar lucros, ou obter um desempenho empresarial. Dependendo dos objetivos dos próprios agricultores, até a mera subsistência poderá ser considerada um "sucesso".

A opção deste trabalho, então, foi claramente "desenvolvimentista". Faz-se a avaliação da colonização em termos de como ela favorece um processo de acumulação capitalista dentro da pequena produção agrícola. Espera-se, assim, contribuir para uma discussão mais geral da colonização enquanto política de apoio à população pequeno produtora. O estudo da colonização nos anos 80 assume especial importância pelo caráter crescentemente conservador do modelo agrícola brasileiro e pela inexistência de uma reforma agrária no país até agora.

Uma avaliação da colonização, para ser completa, iria requerer uma mensuração não

6 Chayanov (1966).

7 Ozorio de Almeida e Rabello de Castro (1989, 1990).

8 Yotopoulos e Nugent (1976).

apenas dos seus benefícios — neste caso, a valorização dos ativos agrícolas dos colonos — mas também dos seus custos. Importante evolução ocorrida durante os anos 80 tem sido a consciência crescente dos custos da colonização. Por um lado, a devastação da Amazônia tem suscitado questionamentos sobre qualquer uso produtivo que se queira fazer da região, seja para fins sociais, como a distribuição de terras a pequenos produtores, seja para quaisquer outros fins. Por outro lado, a crise do Estado brasileiro aumenta o questionamento dos dispêndios públicos de qualquer tipo, seja para a reforma agrária, para colonização ou para outro fim "social".

Uma análise do custo da colonização na Amazônia porém, fugiria às limitações deste trabalho. A que já foi feita, para a década de 70⁹ mostrou-se difícil e demorada. Implicou uma mensuração de todos os gastos em homogeneização do espaço (e.g. construção rodoviária, regularização fundiária), em assentamento (projetos públicos e privados bem como ocupações espontâneas) e em complementação institucional (infra-estrutura social, assistência técnica, saúde, educação, etc.). Além disso, exigiria uma quantificação dos danos ambientais provocados pela colonização, com metodologia específica¹⁰. Devido à imensidão da tarefa, ela não é sequer tentada neste texto, que se restringe, então, a avaliar os benefícios da colonização, em termos da acumulação de ativos agrícolas dos colonos.

1.2 Resumo do Trabalho

Resumindo-se os resultados do trabalho, observa-se que, no período considerado, houve um alto índice de permanência nos locais de colonização, mas não necessariamente nos lotes originais. O valor imobilizado em terra constituiu-se na maior parcela do total do ativo dos colonos. Elevou-se significativamente em Nova Mutum, apresentando, ao mesmo tempo, drástica queda em São José do Rio Claro. Em Nova Mutum, o alto índice de fixação e a

valorização total da terra deveram-se ao fato de os colonos terem expandido seus lotes, além de se terem beneficiado com uma elevação do preço por hectare da terra na região. Em São José do Rio Claro porém, o preço da terra declinou fortemente; houve alto índice de evasão, com redução de área média fornecida para cada colono, devido ao parcelamento e à venda de lotes. A colonização particular no Mato Grosso, portanto, apresenta fortes variações de desempenho ao longo dos anos 80, tornando-se difícil generalizar a respeito com base em um retorno parcial ao campo.

Com o objetivo de estabelecer um pano de fundo que permita visualizar as transformações ocorridas entre 1981 e 1989, a seção seguinte caracteriza cada um dos dois locais de colonização particular revisitados no Mato Grosso e defende a sua representatividade para a colonização na Amazônia. A terceira seção discute a base de dados, a porcentagem dos colonos que permaneceu nos lotes e a parcela da amostra original atingida na visita de retorno. A quarta seção explica a metodologia empregada na quantificação dos ativos dos colonos. A quinta seção apresenta os resultados da comparação entre 1981 e 1989 nos dois projetos. A sexta seção apresenta algumas considerações adicionais do trabalho e a sétima e última seção, a conclusão.

II. Dois Projetos de Colonização Privada

Os dois projetos de colonização estudados nesta pesquisa foram escolhidos por representarem casos praticamente "polares" de colonização privada na Amazônia Ocidental¹¹. O mais bem-sucedido, o de Nova Mutum, desenvolveu-se com base em tecnologias consideradas lesivas ao trópico úmido: monocultura da soja, com mecanização, uso intensivo de insumos químicos e extenso desmatamento. O menos bem-sucedido, o de São José do Rio Claro, tentou uma alternativa tecnológica considerada das mais apropriadas à

9 Ozorio de Almeida (1987), capítulos 7-10.

10 Como, por exemplo, a empregada em Margulís (1988).

11 Ver Ozorio de Almeida (1981 e 1987) para uma justificativa da seleção dos locais de levantamento de campo, segundo uma tipologia de situações de colonização da Amazônia.

ecologia da região: a da seringa. O contraste entre os dois projetos exemplifica a dificuldade se montar programas de colonização na região, dada a heterogeneidade da agricultura amazônica.

II.1 Nova Mutum

O projeto de Nova Mutum, elevado recentemente à categoria de município, tem pouco mais de 10 anos. A colonização situada à margem da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), ficou a cargo da empresa Mutum Agropecuária S.A.

Por ocasião da primeira pesquisa de campo, em fins de 1981, relatada por Ozorio de Almeida (1987), o projeto de Nova Mutum ainda fazia parte do município Diamantino, distando deste 100 quilômetros. Nesta época, o povoado contava com aproximadamente 50 edificações, dentre elas uma birosca, quatro restaurantes, um posto de saúde com farmácia, dois postos de gasolina, um armazém da Cooperativa, um escritório da EMATER, uma escola primária etc. Os serviços bancários e as compras maiores, incluindo-se peças de reposição de maquinárias e veículos, eram efetuadas em Diamantino. O projeto colonizou a região em duas etapas com lotes de 100 ha em média. A segunda etapa, localizada ao lado do povoado, começou ao final de 1979 e seus agricultores encontraram maiores dificuldades para adquirir maquinária, uma vez que não contaram com as mesmas facilidades creditícias de que dispuseram os da primeira fase.

Em 1981, quase todos os agricultores estabelecidos nos lotes do projeto eram de proveniência do Rio Grande do Sul — situação que se mantém até hoje. O arroz de sequeiro, então a cultura mais importante da região, era plantado nas áreas de cerrado com o uso de insumos modernos e diversificado maquinário.

Os agricultores chegaram em Nova Mutum numa faixa de idade entre 20 e 25 anos, grande parte recém-casados, sem filhos em idade de trabalhar. Eram de igual maneira filhos de agricultores tradicionais, pequenos proprietários que tinham na atividade agrícola intensiva sua única fonte de renda. Na expectativa de obter melhores condições como pequenos proprietários rurais, venderam suas minipropriedades no Sul e, com o elevado preço

lá conseguido, compraram aproximadamente 100 vezes mais terras no Mato Grosso.

Nova Mutum é um projeto de colonização situado numa área de grandes fazendas — as duas mais próximas à sede do projeto e do município são a Agropecuária Mutum (de propriedade da colonizadora) e a São João. Embora as unidades pequenas e médias (estas últimas mais numerosas) estejam envolvidas por grandes propriedades, o projeto de colonização manteve suas características e objetivos de preservação da área para colonos, não tendo havido reconcentração fundiária. Ocorreu pouca compra de lotes de agricultores inadimplentes por parte de outros mais bem-sucedidos, ou mesmo incorporação de lotes adicionais comprados à colonizadora na segunda gleba do projeto de assentamento. O projeto, portanto, tem elevado percentual de colonos primários ou seja, ocupantes originais. Segundo a colonizadora, apenas 10% se desfizeram de suas propriedades.

A maioria dos lotes (75%) situa-se na faixa de tamanho considerado médio na região, até 350 hectares; alguns poucos são maiores, sendo suas propriedades resultado da soma de lotes contíguos ou vizinhos. A soja, principal motor do desenvolvimento experimentado por Nova Mutum, atualmente ocupa entre 80 e 90% da área cultivada do projeto. A pecuária tem encontrado boas condições para se desenvolver, sendo essencialmente para o abate, de forma intensiva, com o preparo de bons pastos e seleção de raças.

II.2 São José do Rio Claro

Localizada a 140 quilômetros de Diamantino através da BR-364, em uma região de mata, a cidade de São José do Rio Claro nasceu de um projeto da Colonizadora IMCOL S.A., o Massapé, em área onde predominavam pequenas propriedades. O povoamento da região, que hoje corresponde ao município, iniciou-se em 1958, intensificando-se na década de 1960 pelas correntes migratórias oriundas sobretudo do norte do Pará.

Na ocasião da primeira visita ao campo, em 1981, a economia do município sentia os efeitos vitalizantes da implantação da seringueira e de novos núcleos agrícolas. A penetração da seringueira contava com os incentivos do

PROBOR I e II, sendo que o escritório local da EMATER prestava assistência técnica aos agricultores, ao mesmo tempo que fornecia mudas de seringueira e café. Além da seringa, os agricultores dedicavam-se a uma pecuária extensiva, atividade tradicional da região. O núcleo urbano contava com um comércio variado, igrejas, hospitais, hotéis e um pequeno aeroporto; sua energia era fornecida por geradores movidos a diesel.

Conhecida como capital da borracha, São José tem atualmente o seu desenvolvimento econômico assentado na produção de seus seringais, cultura que foi grandemente apoiada pelos programas de incentivo estatal à borracha. A atividade madeireira foi uma opção econômica desenvolvida até o início do Plano Cruzado, a partir de quando os preços entraram em declínio, provocando a paralisação de aproximadamente metade das 150 serrarias ali existentes.

A população, composta basicamente por migrantes sulistas, 67,9%, encontra-se concentrada na área rural, onde está 65% do total dos habitantes (dados da firma colonizadora). O município é bem servido por agências bancárias (4), supermercados (2), farmácias (4), rede telefônica urbana e um comércio diversificado. O transporte urbano é deficiente e as vias de acesso ao município não são pavimentadas. A distância da Rodovia BR-163 à cidade é de aproximadamente 100 quilômetros em estrada de terra. A energia elétrica é ainda fornecida por geradores a diesel. A infra-estrutura médico-hospitalar atende apenas a uma pequena parte da população, que sofre com a carência de atendimento aos inúmeros casos de malária registrados na região.

O território é ocupado predominantemente por grandes fazendas, havendo uma presença marcante do capital multinacional do setor borracheiro, o que indica uma estrutura fundiária bastante concentrada. As propriedades menores, segundo uma amostra de 216 lotes levantada junto à empresa colonizadora, têm uma área média de 42,2 hectares.

III. Porcentagem da Amostra de 1981 Atingida em 1989

Esta experiência de trabalho mostra que, mesmo dentro de limitações financeiras e de tempo, o retorno efetuado em 1989, menos ambicioso que o de 1981, foi eficiente. Assim, um levantamento de dados *in locu* junto a uma grande parte dos colonos na colonização privada do Mato Grosso é exequível. A informação formal dos projetos é defasada e incompleta, e o acesso a ela é difícil. Mas a partir da memória local, foi possível detectar o paradeiro até dos colonos que abandonaram os projetos, como também, daqueles que, embora estabelecidos, não foram recontactados diretamente. A população dos projetos, por relação de parentesco ou amizade, costuma saber, não raro com minúcias, a trajetória dos seus colonos: se permaneceram, se venderam seus lotes, para quem venderam, sob que condições, para onde foram etc. Através dessas fontes informais, viu-se que Nova Mutum obteve um excelente nível de fixação dos agricultores aos lotes originais. São José do Rio Claro, ao contrário, apresentou elevado grau de evasão e abandono dos lotes agrícolas. A Tabela 1, a seguir, indica a parcela da amostra original, de 1981, atingida em cada local pelo retorno ao campo realizado em janeiro de 1989.

Para efeito desta seção, chamam-se de "localizados" os colonos entrevistados em 1981 e que permaneciam no projeto em 1989, quer em seus lotes originais, quer, eventualmente, em outros no mesmo projeto. Mesmo quando não entrevistados diretamente, a informação de sua permanência foi obtida através de outros meios, principalmente de agentes institucionais e colonos mais antigos na região. Chamam-se de "atingidos" os colonos da amostra anterior (1981) que foram localizados e reentrevistados em 1989. Dada a exiguidade de tempo e recursos, não foi possível reentrevistar todos os colonos localizados. A porcentagem atingida em cada local, portanto, não reflete a proporção total dos colonos que logrou lá permanecer, mas somente a capacidade desta pesquisa de reentrevistá-los. A Tabela 1 demonstra a parcela da amostra original de 1981 atingida pela pesquisa de retorno ao campo realizada em 1989 nos dois projetos de colonização.

Como a porcentagem da amostra original atingida reflete as limitações do retorno, e não a permanência em cada local, a variação de atingidos altera a representatividade da segunda amostra. A porcentagem de colonos atingidos em São José do Rio Claro, por exemplo, foi bem inferior àquela obtida para Nova Mutum. Isso significa que os dados e, conseqüentemente, os resultados alcançados, são menos representativos para São José do Rio Claro do que para Nova Mutum.

Em São José do Rio Claro permaneciam na região 30 dos 35 colonos que haviam sido

entrevistados por ocasião da primeira pesquisa de campo. Aqueles que venderam seus lotes permaneciam na região, trabalhando como assalariados nas grandes propriedades de cultivo da seringueira, nas madeiras ou mesmo no comércio. Dos 35 colonos da amostra original porém, apenas foram reentrevistados quatro, ou seja, 11% do total. Através desses últimos foram obtidas, também, informações gerais sobre a situação dos colonos não entrevistados — se haviam permanecido nos lotes, razões que motivaram o abandono do lote etc. — que faziam parte da amostra anterior.

Tabela 1

FIXAÇÃO DOS COLONOS

Projeto	Total da Amostra em 1981 (A)		Colonos Localizados (B)		Porcentagem de "Fixação" (C)	
	Nº	%	Nº	% ¹	Nº	% ²
Nova Mutum	25	100	22	88,0	11	44,0
São José do Rio Claro	35	100	30	85,7 ⁽¹⁾	4	11,4
Total	60	100	52	86,7	15	25,0

FONTE: Pesquisa de campo: 1981 e 1989.

1

$$\frac{(B)}{(A)} \times 100$$

2

$$\frac{(C)}{(A)} \times 100$$

* Essa porcentagem não se refere a colonos efetivamente fixados nos lotes, mas somente aos colonos entrevistados em 1981 (35) que permaneciam no município (30). Não foi possível uma investigação de quantos destes últimos se mantinham nos lotes em 1989.

No projeto de Nova Mutum, dos 25 colonos da amostra de 1981, 11 foram reentrevistados, o que representou 44% do total de colonos visitados no levantamento de campo anterior. Em 1989, nove dos 25 colonos da amostra original haviam abandonado o projeto. Para o total dos dois projetos, a pesquisa de 1989 atingiu 25% dos colonos entrevistados em 1981.

IV. Metodologia da Pesquisa

A comparação entre a situação dos colonos assentados no início e no fim da década de 1980 baseia-se na coleta de dados *in locu* através de levantamento de campo em Nova Mutum e São José do Rio Claro durante 12 dias de janeiro de 1989.

Nas duas localidades, as entrevistas com colonos utilizaram apenas um dos pontos de maior relevância do levantamento de 1981, o valor dos ativos. Esta variável é adequada a uma equipe de pesquisadores menos numerosa e ao objetivo geral de quantificação do patrimônio dos agricultores. Foram preenchidos quatro tipos de questionários, a saber: o módulo agrícola, destinado à caracterização e à mensuração da economia camponesa; questionários para agentes não-agrícolas — majoritariamente comerciantes — que não foram ainda analisados; questionários sociológicos, abrangendo etapas da migração para a fronteira, condições sócio-econômicas, perspectivas quanto ao futuro etc.; e, por fim, um módulo de perguntas dirigidas especificamente às instituições (colonizadoras, prefeituras, cooperativas, INCRA, EMATER, bancos etc.).

Além do levantamento direto, foi colhido, também, material secundário produzido por instituições locais, como prefeituras, Banco do Brasil, EMATER, INCRA etc. Na medida da relevância, determinada pela equipe de pesquisadores, foram realizadas algumas entrevistas abertas com agentes institucionais,

representantes sindicais, técnicos agrícolas e colonos antigos da região. Este trabalho incorpora tais informações apenas esporadicamente, concentrando-se de forma sistemática nos dados referentes ao patrimônio dos colonos.

Devido à situação inflacionária brasileira, utilizou-se a moeda americana (US\$) para a quantificação dos ativos. Os valores de cruzeiros (1981) e cruzados novos (1989) foram convertidos em dólares correntes da época de cada levantamento. As taxas de câmbio empregadas foram de: Cr\$ 125,04/US\$ em 15 de dezembro de 1981 e NCZ\$ 1,02/US\$ em 15 de janeiro de 1989. A inflação brasileira medida em dólares foi, então, de 8.157% no período. Medida em moeda nacional, porém, esta foi maior, de 8.913%¹², posto que a desvalorização cambial foi menor do que a inflação. A inflação do próprio dólar durante o período foi de 30,5%¹³.

Os valores totais para o somatório dos colonos atingidos no campo não são significativos em si mesmos, dado o pequeno tamanho e a falta de uma análise estatística da amostra reentrevistada em cada localidade de 1989. As medidas por local são usadas para exemplificar situações típicas nos projetos, comparáveis à pequena produção agrícola em outras partes. Dada a representatividade dos locais visitados¹⁴, pode-se considerar as médias amostrais como aproximações razoáveis na média real na colonização privada na fronteira agrícola do Mato Grosso. Daí todas as tabelas neste trabalho apresentarem valores médios e não totais (somatórios) das observações da amostra.

A análise do patrimônio é feita em termos de: a) composição dos ativos, b) taxas de acumulação, c) uso da terra e d) sua valorização no período 1981-89.

12 *Conjuntura Econômica (IBRE/FGV)*, vol. 36, n° 1, jan/1982, p. 1 e vol. 44, n°1, jan/1990, p. 105. *Índice Geral de Preços (IGP) com base em março de 1986=100: dez/1981=1,0382 e jan/1989=9.235,39.*

13 *Conjuntura Econômica, (IBRE/FGV)* vol. 37, n° 2, fev/1983, p. 123 e vol 44, n° 4, abr/1990, p. 73. *Índice Americano de Preços ao Consumidor: dez/1981=113,84 e jan/1989=148,62.*

14 *A representatividade, ou tipicidade, da amostra de 1981, parcialmente revisitada em 1989, é defendida em Ozorio de Almeida (1987).*

a) Para a avaliação do patrimônio total dos pequenos agricultores, a composição dos ativos considerada foi: i) total do valor da terra e da área, em hectares (em mata virgem, capoeira, pasto, culturas brancas e culturas perenes); ii) valor imobilizado em equipamentos agrícolas; iii) valores atribuídos aos animais (pecuária, gado suíno e caprino, aves) e outros animais; iv) valor das benfeitorias realizadas na propriedade (cercas, poços, curral, moradia etc.); e v) valor dos bens duráveis (outros bens, geralmente de uso doméstico, como fogão, geladeira, rádio, automóvel etc.). Conforme já justificado anteriormente, dada a exiguidade de tempo e recursos com que se operou no campo, objetivou-se apenas à quantificação do ativo agrícola total, como indicador único o desempenho do colono no período considerado. Não foram, portanto, incluídos nem mesmo os ativos financeiros ou os ativos aplicados em negócios não agrícolas.

b) As taxas de acumulação foram calculadas para cada projeto de colonização a partir da variação dos ativos dos colonos entre 1981 e 1989. Considerou-se que o "sucesso" para o pequeno agricultor na colonização fosse atingir uma taxa de acumulação (aumento real no valor dos ativos) que cobrisse o seu custo de oportunidade: a melhor remuneração financeira oferecida para pequenos investidores no restante da economia. Como exemplo e base de comparação desta remuneração alternativa, cita-se a cademeta de poupança. Desta forma, as taxas de acumulação dos colonos são consideradas "altas" quando superam os juros de 0,5% mensais proporcionados pela poupança.

c) Quanto ao uso da terra pelo pequeno produtor, foram comparados os hectares em 1981 e 1989 nos cinco tipos de uso da terra já listados acima — mata virgem, capoeira, pasto, culturas brancas e culturas perenes — para cada local e para a amostra como um todo. A variação da área em cada tipo de uso, multiplicada por um preço de mercado constante por hectare, de 1989, para cada um desses tipos de uso, determinou a estimativa do investimento na terra.

d) Procurou-se distinguir duas componentes da valorização da terra ocorrida no período considerado: uma, relativa ao investimento;

outra referente à especulação, i.e., valorização da terra pelo mercado imobiliário. O montante da especulação no total da valorização da terra foi obtido por resíduo, subtraindo-se da valorização total da terra a parte referente ao valor do investimento realizado.

A quantificação dos ativos dos colonos em cada um dos três locais visitados e no total da amostra, resultou em cinco tipos de tabelas: preço da terra (Tabela 2), composição dos ativos (Tabelas 3 a 5), taxas de acumulação (Tabela 6), uso da terra (Tabelas 7 e 8) e valorização da terra (Tabelas 9 a 11). As valorizações obtidas na colonização particular são comparadas às do restante do país na Tabela 12. A análise dos resultados é apresentada na próxima seção.

V. RESULTADOS

V.1 Introdução

Os principais resultados da mensuração da economia nos dois projetos são resumidos a seguir.

1. Com base na variação total dos ativos no período considerado, todos os colonos de Nova Mutum acumularam, enquanto os de São José do Rio Claro, ao contrário, desacumularam. No primeiro caso, o custo de oportunidade do investimento efetuado pelos agricultores foi coberto com larga margem. No segundo caso, os colonos não conseguiram manter sequer o valor do patrimônio com que chegaram à fronteira.

2. Em Nova Mutum, os colonos detinham ativos médios totais de US\$ 118 mil em 1981 e US\$ 357 mil em 1989. Em São José do Rio Claro, os valores nas mesmas datas foram de US\$ 59 mil em 1981 e US\$ 16 mil em 1989.

3. Os colonos de Nova Mutum não só conseguiram permanecer em seus lotes, investindo ano a ano na abertura de novas áreas e no plantio da soja (principal cultura da região), como também, na maioria dos casos, aumentaram suas áreas. A amostra revisitada apresentou uma expansão de 56,5% na área possuída e a variável terra manteve-se com a maior participação relativa para a amostra como um todo.

4. Em São José do Rio Claro, os colonos tiveram menos recursos iniciais que os de Nova Mutum e trabalharam em áreas de mata mais cerrada. Houve quedas generalizadas nos valores dos ativos, especialmente no valor da terra, refletindo a alienação de parcelas das propriedades. O índice de abandono dos lotes foi de aproximadamente 60%, com forte reaglutinação fundiária, onde os médios e grandes proprietários incorporam as áreas dos colonos "malsucedidos". Dentre as causas da involução da pequena produção agrícola em São José do Rio Claro citam-se: a falta de financiamento aos colonos no período inicial do desmatamento e do plantio, insuficiência da rede de comercialização da região, a malária e a falta de recursos próprios para investir na cultura mais apropriada à região — a seringueira — que tem longo prazo de maturação.

5. O preço da terra subiu acentuadamente em Nova Mutum (115,55%) e caiu drasticamente

em São José do Rio Claro (-169%) ao longo do período. Para a amostra total, houve valorização de 53% no preço da terra no período considerado.

Dados os valores dos seus ativos, não se pode considerar "carentes" os colonos da amostra. Há, portanto, uma diferença entre estes colonos, já com milhares de dólares de patrimônio em 1981 e mais ainda em 1989, e os sem-terra de hoje ou de então. É que os colonos de 1981 já haviam usufruído quase dez anos de colonização. Os valores do seu patrimônio total de então já incorporavam muitos dos benefícios ocorridos na própria colonização¹⁵. Para compará-los com os sem-terras de hoje seria preciso tomar como base os recursos iniciais da chegada aos projetos, o que fugiria ao objetivo deste trabalho por incorporar a acumulação havida antes do período em questão, durante a década de 70. Essa comparação foi feita em outro texto.

Tabela 2

PREÇO POR HECTARE DE TERRA

Projeto	1981 US\$	1989 US\$	% de Valorização ¹
Nova Mutum	180	380	115,55
São José do Rio Claro	253	94	-169,15

FONTE: Pesquisa de campo: 1981 e 1989.

¹ 1981 = 100

15 Vale destacar que estes patamares iniciais de 1981 foram menores do que aqueles verificados na colonização particular matogrossense conforme Ozorio de Almeida et alii (1991).

V.2 Composição dos Ativos

As Tabelas 3 e 4 apresentam a composição dos ativos dos colonos dos projetos de Nova Mutum e São José do Rio Claro, discriminando a participação relativa de cada um dos ativos destacados — terra, rebanho, equipamentos, benfeitorias e outros bens duráveis — para a quantificação do patrimônio da unidade agrícola. Os valores médios para cada subamostra estão em dólares correntes tanto para o ano de 1981 como para o ano de 1989.

V.2.1 Terra

A terra apresentou a maior participação relativa no total do valor dos ativos médios dos colonos. No caso de Nova Mutum, a prosperidade alcançada com o plantio de soja refletiu-se na valorização da terra da região e no aumento do lote médio dos agricultores, o que será analisado adiante. Esses dois fatores contribuíram para a elevação da participação da terra no valor total dos ativos de 63,2% em 1981 para 68,0% em 1989. São José do Rio Claro, por outro lado, apresentou queda da participação da terra no valor total dos ativos — relacionada ao desempenho agrícola bem inferior ao de Mutum e ao desmembramento de lotes — de 73,9% em 1981 para 61,1% em 1989 (Tabelas 3 e 4). Assim, a terra apresentou pelo menos 60% do patrimônio do colono, sendo o item isolado que concentrou a maior parte do valor dos ativos.

V.2.2 Outros Ativos

O segundo item de participação relativa dos ativos em Nova Mutum foi o de equipamentos: 22,2% em 1989, o que se explica pelo caráter intensamente mecanizado da agricultura da região. A queda na participação dos equipamentos em Nova Mutum, de 27,0% em 1981 para 21,2% em 1989, reflete operação com maquinário mais antigo. Em função do endividamento bancário dos últimos anos da década passada, os agricultores deixaram de operar com as máquinas agrícolas mais recentes.

No caso de São José do Rio Claro, desde o levantamento de 1981, o segundo item com maior participação no ativo foi o de animais. Extensivamente praticada na região ainda antes da implementação do projeto privado de colonização, a pecuária de pequeno porte foi uma das alternativas de que os colonos lançaram mão frente ao malogro das lavouras brancas da região.

As benfeitorias se mantiveram com o mesmo peso relativo, tanto em Nova Mutum como em São José do Rio Claro. Indicando tendência semelhante à verificada na análise patrimonial de projetos de colonização oficial no Pará, efetuada em outro trabalho¹⁶, os bens duráveis sofreram redução de participação no total do ativo, tanto em Nova Mutum — de 3,1% em 1981 para 0,7% em 1989 —, como em São José do Rio Claro — de 2,0% em 1981 para 1,4% em 1989 (Tabelas 3 e 4). Face à crise econômica e à redução de recursos para a agricultura, os colonos da amostra como um todo parecem ter reagido sacrificando o consumo domiciliar.

A variedade de aparelhos domésticos dos agricultores de São José do Rio Claro, desde 1981, já era inferior à de Nova Mutum, devido ao nível de capitalização bem superior destes em relação àqueles. Em 1981, com vários anos de chegada aos lotes em ambos os projetos, Nova Mutum apresentava o dobro do ativo médio registrado pelos colonos de São José do Rio Claro. Enquanto o primeiro contava com US\$ 118 mil dólares, o segundo atingia apenas US\$ 59 mil (Tabelas 3 e 4). A clientela que acorreu ao projeto colonizador em Nova Mutum era, de fato, originalmente mais capitalizada em termos de recursos disponíveis na chegada aos lotes. Ela se constituiu de agricultores cujas famílias migraram na tentativa de fugir aos estritos espaços do minifúndio. O impulso proporcionado pelos recursos trazidos do Sul, aliado à prosperidade da soja e ao crescimento da área possuída, elevou-os à categoria de médios proprietários (ver seção Uso da Terra, a seguir).

Para a amostra como um todo, o ativo médio dos colonos mais do que duplicou, de US\$ 102

16 Ozorio de Almeida e Santos (1990).

Tabela 3

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DOS COLONOS EM 1981

Ativo	Projeto					
	Nova Mutum		São José do Rio Claro		Total Mato Grosso	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Terra	74.932,00	63,2	43.820,00	73,9	66.635,00	64,9
Equipamento	32.022,00	27,0	1.656,00	2,8	23.924,00	23,2
Animais	358,00	0,3	7.881,00	13,2	2.364,00	2,3
Benfeitorias	7.525,00	6,4	4.833,00	8,7	6.807,00	6,7
Bens Duráveis	3.623,00	3,1	1.144,00	2,0	2.962,00	2,9
TOTAL	118.460,00	100,0	59.334,00	100,0	102.692,00	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 1981.

Tabela 4

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DOS COLONOS EM 1989

Ativo	Projeto					
	Nova Mutum		São José do Rio Claro		Total Mato Grosso	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Terra	242.636,00	68,0	10.281,00	61,1	180.675,00	67,8
Equipamento	75.914,00	21,2	494,00	2,9	55.802,00	20,9
Animais	13.811,00	3,8	4.188,00	24,8	11.245,00	4,2
Benfeitorias	22.687,00	6,3	1.650,00	9,8	17.077,00	6,4
Bens Duráveis	2.258,00	0,7	234,00	1,4	1.718,00	0,7
TOTAL	357.306,00	100,0	16.847,00	100,0	266.517,00	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 1989.

mil para US\$ 266 mil (Tabelas 3 e 4). Tomados separadamente, e sem os efeitos enviesadores causados pela subamostra menos numerosa de São José do Rio Claro, os dois casos estudados apresentaram diferenças gritantes. A experiência de assentamento agrícola em Nova Mutum foi francamente favorável, e, para os padrões de projetos de colonização, até mesmo extraordinária. No período 1981-89, o valor real médio dos ativos dos colonos triplicou, saltando de US\$ 118 mil para US\$ 357 mil. São José do Rio Claro, ao contrário, obteve um péssimo desempenho, registrando acentuadíssimo empobrecimento dos colonos estabelecidos. Em função de vários problemas — como grandes faixas de solos pobres, vegetação mais cerrada, dificuldades em se encontrar a cultura mais apropriada à região, prazo de maturação longo da seringueira, cessação de crédito de investimento para a borracha com a extinção do PROBOR (Programa da Borracha) — e de um nível de capitalização inicialmente já baixo, o projeto São José apresentou uma drástica queda do ativo médio, de US\$ 59 mil em 1981 para US\$ 16 mil em 1989.

A Tabela 5 mostra a variação dos ativos com base em 1981 para a amostra como um todo e em cada localidade. Em média, os oito anos de colonização aqui comparados resultaram numa acumulação patrimonial da ordem de US\$ 238 mil para os agricultores de Nova Mutum e um empobrecimento médio para os agricultores de São José do Rio Claro de US\$ 42 mil. A terra teve participação preponderante na evolução das duas situações: na acumulação de Nova Mutum, a terra representou 70,2% do total; na involução de São José do Rio Claro, a terra contribuiu com 78,9% do total da queda do ativo médio (Tabela 5). No primeiro caso, a prosperidade agrícola redundou na ampliação da área do lote médio e na valorização do preço por hectare; no segundo caso, resultou em encolhimento e desvalorização (ver Tabelas 2, 7 e 8).

O segundo componente na valorização patrimonial ocorrida em Nova Mutum foram os equipamentos (18,3%), o que confirma o caráter intensamente mecanizado da agricultura desta localidade. Em São José do Rio Claro, o que mais pesou na redução do ativo médio, depois

Tabela 5

VARIAÇÃO DOS ATIVOS DOS COLONOS EM 1981-89

Ativo	Projeto					
	Nova Mutum		São José do Rio Claro		Total Mato Grosso	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Terra	167.704,00	70,2	-33.539,00	-78,9	114.039,00	69,6
Equipamento	43.892,00	18,3	-1.162,00	-2,7	31.878,00	19,4
Animais	13.453,00	5,7	-3.693,00	-8,7	8.881,00	5,5
Benfeitorias	15.162,00	6,3	-3.183,00	-7,5	10.270,00	6,2
Bens Duráveis	-1.365,00	-0,5	-910,00	-2,2	-1.244,00	-0,7
TOTAL	238.846,00	100,0	-42.487,00	100,0	163.824,00	100,0

FONTES: Tabelas 3 e 4.

da terra, foi o item imobilizado em rebanho animal. Isto indica que embora a pecuária tenha mantido elevada participação no total do ativo, ela não evoluiu na direção comercial, tendo se tornado, cada vez mais, uma atividade para o consumo da própria família.

V.3 Taxas de Acumulação

Vê-se na Tabela 6 o desempenho dos dois projetos de colonização, conforme medido por suas taxas de acumulação. A amostra como um todo teve taxas de acumulação de 14,4% anuais e 1,13% mensais, situação esta que reflete o peso relativo maior da subamostra de Nova Mutum. Com efeito, o resultado apresentado por Nova Mutum foi excepcional: 16,8% anuais

Tabela 6

TAXA DE ACUMULAÇÃO (1981-89)

Projeto	Total do Período (A)	Anual (B)	Mensal (C)
Nova Mutum	201,6	16,87	1,31
São José do Rio Claro	071,6	-16,28	-1,47
TOTAL	159,5	14,41	1,13

FONTES: Tabelas 3 e 5.

Colunas:

$$(A) \frac{\text{Ativos de 1989}}{\text{Ativos em 1981}} \times 100 - 100$$

$$(B) \left[\frac{\text{Ativos em 1989}}{\text{Ativos em 1981}} \right]^{1/T} \times 100 - 100$$

onde: T = n° de anos = 8 anos

$$(C) \left[\frac{\text{Ativos em 1989}}{\text{Ativos em 1981}} \right]^{1/t} \times 100 - 100$$

onde: t = n° de meses = 96 meses

ou 1,31% mensais. Adotando como base de comparação, os juros reais de 0,5% mensais proporcionados pela poupança, tem-se que os agricultores assentados em Nova Mutum atingiram 262% do seu custo de oportunidade financeiro. São José do Rio Claro observou uma grande involução, tendo regredido sob todos os aspectos analisados. A desacumulação foi de -16,28% em termos anuais e de -1,47% em termos mensais. Com respeito a uma taxa de juros de 5%, São José apresentou um retrocesso de 294% de 1981 a 1989. Isto reflete o fracasso em projeto de colonização, que não ofereceu condições para que os colonos sequer mantivessem os recursos com que chegaram à fronteira agrícola. Migrar para esta região foi um péssimo negócio para os colonos do projeto.

Embora não tenha sido possível entrevistar um maior número de colonos da amostra original de 1981, soube-se, por fontes indiretas de informação (entrevistas abertas com parentes, conhecidos e colonos pioneiros na cidade), que a grande maioria dos migrantes originais encontrava-se na mesma situação de empobrecimento detectada pelo estudo direto da subamostra de São José do Rio Claro. Devido ao aporte inicial limitado de recursos e à aspereza do trabalho, em lotes de mata muito mais cerrada do que aquela existente, por exemplo, em Nova Mutum, os colonos necessitavam de mais crédito do que em outros projetos. As dificuldades enfrentadas por aqueles que se estabeleceram em São José do Rio Claro provocaram, com freqüência, a venda dos lotes, principalmente a proprietários rurais de grande porte. O número de "localizados" (da Tabela 1) foi de 30 em 35 da amostra original.

Tabela 7

USO DA TERRA EM 1981

Utilização	Local								
	Nova Mutum			São José do Rio Claro			Total		
	HA	%	(1)	HA	%	(1)	HA	%	(1)
Mata Virgem	230	156,3	-	101	58,1	-	196	153,4	-
Capoeira	39	9,3	21,0	-	-	-	39	10,6	22,7
Pasto	12	2,9	6,4	61	35,0	83,6	25	6,8	14,6
Culturas Brancas	135	32,5	72,6	4	2,3	5,4	100	27,1	148,0
Culturas Perenes	-	-	-	8	4,6	11,0	8	2,1	4,7
TOTAL	416	100	100⁽¹⁾	174	100	100⁽¹⁾	368	100	100⁽¹⁾

FONTE: Pesquisa de campo, 1981.

(1) Percentagem sem contar a área em mata virgem.

Embora alto, ele não significa que todos os 30 tenham permanecido trabalhando seus lotes. Pelo contrário, através das entrevistas abertas, verificou-se que a maior parte dos que venderam, permaneceu na cidade trabalhando como "bóia-fria" nos seringais das grandes fazendas, ou como pequenos comerciantes. Dadas as limitações com que operou o

levantamento de campo, não foi possível aprofundar esta questão.

V.4 Uso da Terra

São José do Rio Claro apresentou queda nas áreas de todos os tipos de terra, com exceção de um pequeno acréscimo de hectares de

Tabela 8

USO DA TERRA EM 1989

Utilização	Local								
	Nova Mutum			São José do Rio Claro			Total		
	HA	%	(1)	HA	%	(1)	HA	%	(1)
Mata Virgem	77	12,3	-	62	56,3	-	73	14,8	-
Capoeira	66	10,6	12,0	-	-	-	66	13,8	15
Pasto	125	20,0	22,9	33	30,2	68,8	100	19,6	22,9
Culturas Brancas	357	57,1	65,1	7	6,3	14,5	264	51,7	60,2
Culturas Perenes	-	-	-	8	7,2	16,7	8	1,5	1,9
TOTAL	625	100	100⁽¹⁾	110	100	100⁽¹⁾	511	100	100⁽¹⁾

FONTE: Pesquisa de campo, 1989.

(1) Percentagem sem contar a área em mata virgem.

lavoura de subsistência (lavouras brancas). Registrou-se um decréscimo do lote médio de 174 ha para 110 ha em 1989. Para fazer frente às adversidades maior custo no desmatamento, solos pobres e infra-estrutura deficiente — os colonos se desfizeram de parcelas dos lotes originais durante o período. Essas áreas foram, na maioria dos casos, adquiridas por fazendas, evidenciando um processo agudo de reconcentração fundiária. Essa situação difere da de Nova Mutum, na medida em que a colonização nesse último projeto iniciou e manteve-se com pequenos e médios agricultores até hoje.

V.5 Valorização da Terra

As Tabelas 9 e 10 estimam o valor do investimento produtivo na terra, conforme explicado anteriormente na Seção IV. A Tabela 11, em seguida, subtrai o investimento calculado nas duas tabelas antecedentes da valorização

total da terra apresentado na Tabela 5. Obtém-se, assim, a proporção da valorização total da terra no período que foi engendrada não por investimentos, mas por efeitos especulativos. Em Nova Mutum, a parcela especulativa foi relativamente fraca no total da valorização da terra. Houve, porém, uma queda generalizada do investimento na terra por parte dos colonos de São José do Rio Claro no período 1981-89.

É importante destacar que esses resultados contrariam o que se verificou em projetos de colonização oficial no Estado do Pará. Naquele caso, a valorização da terra foi tamanha que inibiu o investimento produtivo dos colonos, que preferiram usufruir ganhos de capital especulativos sobre a terra a plantar. Já no caso da colonização privada do Mato Grosso, tal como exemplificada nesses dois projetos, não se verificaram os mesmos efeitos das chamadas "frentes de especulação". Possivelmente, o preço inicial pago pela terra na

Tabela 9

INVESTIMENTO NA TERRA 1981-89: NOVA MUTUM

VALORIZAÇÃO UTILIZAÇÃO	INVESTIMENTO				
	HA			US\$/HA	US\$
	(A) 1981	(B) 1989	(C)= (B)-(A)	(D) 1989	(E)= (C) x (D)
Mata virgem	230	77	-153	152,00	-23.256
Capoeira	39	66	27	152,00	4.104
Pasto	12	125	113	296,00	33.448
Culturas brancas	135	357	222	515,00	114.330
Culturas permanentes	-	-	-	-	-
TOTAL	416	625	209	-	128.626

FONTES: (A) e (B): Tabelas 7 e 8.

(D): Pesquisa de campo: 1989.

Tabela 10

INVESTIMENTO NA TERRA 1981-89: SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

VALORIZAÇÃO UTILIZAÇÃO	INVESTIMENTO				
	HA		(C)= (B)-(A)	US\$/HA	US\$
	(A) 1981	(B) 1989		(D) 1989	(E)= (C) x (D)
Mata virgem	101	62	-39	57,00	-2.223
Capoeira	-	-	-	57,00	-
Pasto	61	33	-28	93,00	-2.604
Culturas brancas	4	7	3	287,00	861
Culturas permanentes	8	8	-	496,00	-
TOTAL	174	110	-64	-	-3.966

FONTES: (A) e (B): Tabelas 7 e 8.

(D): Pesquisa de campo: 1989.

Tabela 11

VALORIZAÇÃO DA TERRA 1981-89

Valorização	Projeto					
	Nova Mutum		São José do Rio Claro		Total	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Por Investimento	128.626,00	76,7	-3.966,00	-11,9	93.268,00	81,8
Por Especulação	39.078,00	23,3	-29.573,00	-88,1	20.771,00	18,2
TOTAL	167.704,00	100,0	-33.539,00	-100,0	114.039,00	100,0

FONTES: Linha 1: Investimento: Tabelas 9 e 10.

Linha 2: Especulação: Valorização Total - Investimento.

Linha 3: Valorização Total: Tabela 5.

Tabela 12

VARIAÇÃO DO PREÇO MÉDIO DA TERRA 1981-89
(Em %)

LOCAL	TIPO DE TERRA				
	(a) Lavouras	(b) Campos	(b) Pastagens	(c) Mata	(d) Média(1)
Brasil	70	65	71	37	64
Centro-Oeste	92	108	95	40	85,9
Mato Grosso	45	52	56	25	43,9

Base: 1981=100.

FONTE: Dados do Centro de Estudos Agrícolas IBRE/FGV, Agropecuária. Preços Médios de Arrendamentos, Vendas de Terras, Salários, Empreitadas, Transportes, Série 1964-1989, cedidos por Gervásio Rezende, IPEA-RIO.

(1) Média ponderada pela proporção da área de cada tipo de uso na colonização em 1989 (Tabela 8) para permitir comparação com os preços médios da Tabela 2, sendo que:

Tabela 12	Tabela 8	%
a) Lavouras	$= \left\{ \begin{array}{l} \text{culturas brancas} \\ + \\ \text{culturas perenes} \end{array} \right.$	53,2
b) Campos + pastagens	= pastos	19,6
c) Mata	= mata virgem	14,8
d) a + b + c = d	= Total ⁽²⁾	87,6

(2) O total (d) difere de 100% por omissão das "capoeiras", terras impróprias à agricultura e outras.

colonização privada já fosse tão alto que não teria permitido uma valorização subsequente tão grande quanto a que ocorreu na colonização oficial. Essa questão será aprofundada num terceiro trabalho, sobre a colonização dirigida em geral nos anos 80.

De acordo com a Tabela 11, vê-se que a maior parte, 76,7%, da valorização da terra no período de 1981-89 foi devida aos investimentos efetivamente produtivos que os colonos fizeram nos lotes ("abertura" da mata, cultivos, tratamento dos solos, melhorias, etc.). Somente 23,3% deveu-se à valorização imobiliária das terras. Ou seja, Nova Mutum solidificou um quadro de uso intensivo da terra que a caracteriza desde o início da década. Já São José do Rio Claro, que apresentou um desempenho catastrófico em termos de fixação dos colonos às propriedades, demonstrou forte desacumulação do principal ativo agrícola, a terra, para aqueles colonos que, a despeito das adversidades, conseguiram manter-se nos lotes. O efeito especulativo estimado mostrou-se acentuadamente negativo (desvalorização): -88,1% do total da queda sofrida pelo valor da terra. O sacrifício de investimentos anteriormente realizados foi da ordem de -11,9% (Tabela 11). No total da amostra, 81,8% da valorização da terra foi por investimento e apenas 18,2% foi por especulação.

A Tabela 12 permite que se compare o comportamento dos preços da terra dos dois locais de colonização privada com a evolução dos mesmos preços para a região e o país entre 1981 e 1989. Note-se que a região centro-oeste apresentou valorização da terra superior à média brasileira nos quatro tipos de terras discriminados (lavouras, campos, pastagens e mata). O Estado de Mato Grosso teve valorização da terra abaixo da média nacional e bem inferior àquela verificada na região centro-oeste como um todo. Em média, a elevação do preço da terra no Mato Grosso foi aproximadamente a metade daquela ocorrida na região — 45 contra 92% nas lavouras, 52 contra 108% nos campos, 56 contra 95% nas pastagens e 25 contra 40% em mata (Tabela 12).

VI. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Este trabalho analisou duas experiências extremamente divergentes de colonização

privada no Estado do Mato Grosso, área que pertence à Amazônia Legal Brasileira. Nova Mutum superou largamente o custo de oportunidade econômico da unidade agrícola; São José do Rio Claro, ao contrário, descapitalizou fortemente os agricultores que ali se estabeleceram.

Em toda a amostra considerada, a grande maioria dos colonos são sulistas. Mas as causas que expulsaram os migrantes de seus estados de origem são diferentes entre os projetos. Os migrantes oriundos do Rio Grande do Sul saíram de minipropriedades por vontade própria e com recursos conseguidos com a venda de suas terras valorizadas. Possuíam, portanto, recursos acumulados e a experiência de produção e manejo de tecnologias relativamente avançadas, bem como familiaridade com o uso do crédito e financiamentos bancários. Já os originários do Paraná encontravam-se anteriormente inseridos em relações de trabalho de parceria ou de assalariamento. Não haviam sido diretamente responsáveis pela produção, vieram com pouca experiência no manejo de tecnologia e com quase nenhuma experiência no trato com bancos. Deste modo, internamente ao grupo de "sulistas" na colonização privada observamos diferenças que se revelam fundamentais quanto às condições de origem dos migrantes. Estas diferenças implicam menor experiência no manejo de tecnologias mais modernas e no trato com bancos por parte dos paranaenses de São José do que por parte dos gaúchos de Mutum, cujo nível de capitalização inicial também fora maior.

As condições de origem — experiência anterior de propriedade, "know-how" adquirido com a mecanização agrícola e no trato com o sistema crédito, maior ou menor nível de capitalização inicial etc. — parecem, portanto, ter pesado no desempenho posterior apresentado pelos colonos nos dois projetos.

Em Nova Mutum, os ativos médios foram de US\$ 118 mil em 1981 e US\$ 357 mil em 1989 e a área média dos lotes foi de 416 hectares e 625 hectares para os mesmos anos. Sua classificação como produtores de porte "pequeno" em ambos os anos é, portanto, algo questionável, devendo ser alterada para a de "médios" produtores rurais. Em São José do

Rio Claro, por outro lado, os níveis do patrimônio (US\$ 59 mil em 1981 e US\$ 16 mil em 1989) e a área média 174 hectares em 1981 e 110 hectares em 1989 mantêm-nos como pequenos produtores.

Houve diferenças também significativas quanto às transformações mais gerais de cada localidade e da infra-estrutura de apoio à agricultura de cada projeto. Durante a década de 1980, Nova Mutum apresentou um desenvolvimento bastante eficaz em investimentos e escoamento da produção de soja. Neste caso, a operação com cooperativas agrícolas privadas localizadas na região desempenhou relevante papel. Já as transformações ocorridas em São José do Rio Claro, no período 1981-1989, pouco favoreceram a pequena agricultura ou mesmo nada tiveram a ver com ela. O desenvolvimento da produção de borracha ficou fora das possibilidades reais dos pequenos produtores, que foram "devolvidos" à condição de subsistência.

Os investimentos dos últimos anos no rendoso cultivo da seringueira da região restringiram-se quase exclusivamente às fazendas e às indústrias do setor de pneus — freqüentemente empresas multinacionais que, assim como os fazendeiros, detêm áreas gigantescas e suprem-se de mão-de-obra forânea. Esta é extremamente barata e freqüentemente subjugada por sistemas de crédito de avião¹⁷

Embora muito se saiba da violência a que está submetido o meio rural brasileiro, não deixou de surpreender reencontrá-la numa região de fronteira recente, onde a disponibilidade de terra levaria à expectativa contrária. Grande número de casos de imobilização da mão-de-obra camponesa, porém, foi denunciado por sindicalistas e agricultores locais, não encontrando, contudo, defesa legal à altura, entre as autoridades competentes. Como que tentando esconder as irregularidades, esse

assunto foi reiteradamente evitado nas entrevistas com algumas das lideranças políticas do município.

Na medida em que o escoamento da produção esteja estruturado em cooperativas ativas, as possibilidades de os colonos obterem melhores preços aumentam. O inverso ocorre se houver um oligopsônio, onde apenas poucos compradores dominam o preço a ser pago pelos produtores agrícolas. Em Nova Mutum, as cooperativas, como a Coopervale e a Sadia, funcionam como um poderoso estímulo à acumulação; já em São José do Rio Claro, as cooperativas estão inativas há algum tempo, não restando ao colono senão a venda a atravessadores, o que rebaixa mais ainda os seus preços agrícolas em comparação com outros locais bem cooperativizados. Parte da explicação do malogro de São José do Rio Claro, então, está no fato de que, nesta localidade, as adversidades de preços relativos foram acentuadas, aliando-se a fatores naturais também difíceis, tais como os já mencionados: densidade da mata, infertilidade do solo etc.

De fato, em comparação com as condições nas regiões agrícolas já estabelecidas, as adversidades inerentes a uma fronteira tendem a deprimir o desempenho de qualquer assentamento. Dentre estas, cite-se: falta de infra-estrutura e comercialização adequada, distância dos centros consumidores, processadores ou de exportação, problemas de desconhecimento da ecologia local e das tecnologias apropriadas e, finalmente, preços relativos muito desfavoráveis. Os insumos industriais são caros, devido à distância dos centros produtores e aos oligopólios locais dos vendedores. Já os preços agrícolas são baixos, devido à mesma distância dos centros consumidores, à extensa cadeia comercial agrícola e aos oligopsônios dos compradores locais. Além da distância, a má condição das estradas encarece mais ainda os fretes, reduzindo as margens locais, agrícolas e não agrícolas. Finalmente, o custo do crédito

17 *Quanto ao papel de endividamento na agricultura de fronteira, e seu impacto sobre a aceleração do desmatamento na Amazônia, ver Ozonio de Almeida (1987 e 1990b).). Muitas famílias dos seringueiros já chegam endividadas nas grandes propriedades, pelos custos do transporte, e sua saída é dificultada por toda sorte de artifícios. Por estes motivos, o trabalho nos seringais é acusado de ser quase escravo! A violência rural no município de São José do Rio Claro é, assim, acentuada.*

agrícola não oficial que opera no circuito "usurário-mercantil" também tende a ser alto, em função dos riscos da fronteira e dos monopólios-monopsônios locais.

VII. CONCLUSÃO

Na comparação dos dois projetos de colonização privada situados no Mato Grosso, chega-se a uma conclusão provisória bastante perigosa do ponto de vista ambiental.

Na medida em que a colonização privada do Mato Grosso tenha sido bem-sucedida, ela representou um prolongamento do modelo agrícola do Sul do país. Os agricultores familiares que mais se fixaram e que mais acumularam durante os anos 80 foram os que haviam optado por uma tecnologia de monocultura (soja), mecanização e uso intensivo de insumos químicos. Fizeram-no em um sistema de comercialização cooperativizado e inserido no circuito processador-exportador geral da economia nacional. A economia da fronteira agrícola matogrossense, neste caso, faz parte da expansão geográfica do complexo agroindustrial sulista em direção à Amazônia. O seu "sucesso" se faz à custa de extenso desmatamento e do uso de uma tecnologia geralmente considerada lesiva ao equilíbrio ecológico da Amazônia.

Já no caso em que se optou por uma tecnologia mais apropriada à ecologia local, a agricultura familiar não foi bem-sucedida. Os agricultores que mais abandonaram os lotes e que mais se descapitalizaram durante os anos 80 foram os que optaram por uma produção florestal nativa extrativista, a seringa. Diversos motivos já foram apontados ao longo deste texto para tal insucesso: solos ruins, pressão dos latifúndios locais, comercialização oligopsônica, falta de crédito de longo prazo necessário para o amadurecimento da seringa, migrantes com pouca experiência de agricultura independente etc. Mesmo assim, não deixa de ser irônico, e um tanto desencorajador, que o projeto supostamente mais tecnologicamente apropriado ao ambiente seja muito pior sucedido

do que outro que viola os preceitos de tecnologia apropriada à Amazônia.

Outra conclusão preliminar deste trabalho é que a colonização privada foi bem-sucedida para colonos que a utilizaram como meio de expandirem suas terras, contanto que já fossem proprietários nas regiões de procedência. Para os ex-assalariados e ex-parceiros, ela apresentou encargos financeiros e gerenciais insuperáveis e devolveu-os, em pouco tempo, à sua condição econômica original, i.e., de assalariados e parceiros. Neste sentido, então, a colonização privada parece ter satisfeito apenas a uma parte da demanda social de terras: aquela representada pelos minifundiários sulistas. Mas ela não parece ser solução para o assentamento dos mais carentes, aqueles que constituem a massa dos "sem terra". Esta solução continua, aparentemente, a requerer assentamento oficial¹⁸.

Em função das limitações já discutidas sobre a metodologia da pesquisa de campo, não se pretendeu aqui uma análise completa da colonização particular. Outros indicadores de desempenho da colonização, além dos ativos agrícolas dos colonos, não foram estudados. Mesmo esses ativos foram estudados apenas em termos do seu valor de mercado. Desprezou-se, portanto, questões referentes à fertilidade do solo, presumindo-se estarem as suas variações captadas pelos diferenciais de valor por hectare, e outras. Conforme já apontado anteriormente, não se incluiu neste trabalho o estudo da renda agrícola, da evolução do investimento agrícola dentro do período, dos ativos financeiros e dos demais ativos em negócios e outras atividades não agrícolas. Tampouco se efetuou qualquer análise mais ampla dos resultados da colonização, seja do ponto de vista macroeconômico — custos e benefícios sociais dos projetos — seja do ponto de vista ecológico, sociológico ou antropológico. Uma análise microeconômica padrão e restrita avaliou o desempenho dos projetos de colonização em termos de um único indicador: o aumento médio do valor real do patrimônio agrícola dos colonos entre 1981 e 1989.

18 Ver, a respeito, Ozorio de Almeida e Santos (1990).

Os resultados deste estudo sobre a colonização privada no Mato Grosso serão comparados, em etapa posterior, com aqueles referentes aos projetos de colonização oficial paraenses, já estudados anteriormente. Dessa forma,

pretende-se completar uma análise mais abrangente sobre a evolução do assentamento dirigido — particular e oficial — na Amazônia durante a década de 1980.

VIII. BIBLIOGRAFIA

- ARAGÓN, Luis & MOUGEOT, Luc J. A., orgs. Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas. Belém, NAEA/UFPa, 1986. (Cadernos NAEA, 8).
- COOPERVALLE. Relatório sobre a produção de soja em Nova Mutum. Nova Mutum, 1988.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, vols. 37 (1983) e 44 (1990).
- GARCIA Jr., Afrânio. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- HERÉDIA, Beatriz M.A. A morada da via - trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- IBRE/FGV. Agropecuária, preços médios de arrendamentos, vendas de terras, salários, empreitadas e transportes. Série 1966-1984. Rio de Janeiro, 1984.
- IBGE. Sinopse preliminar do censo agropecuário, vol.4, nº 6, p.3-7 e 23-7. Rio de Janeiro, 1985.
- MOUGEOT, Luc J. A., org. Ascensão sócio-econômica e retenção migratória na fronteira. Belém, NAEA/UFPa, 1982. (Série Seminários e Debates, 8).
- . "A recente ocupação humana da região amazônica: causas, durabilidade e utilidade social". In: ARAGÓN & MOUGEOT. Belém, NAEA/UFPa, 1986. p.17-43.
- MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta: colonização "espontânea", campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1988.
- OZORIO DE ALMEIDA, A. Luiza. A expansão da fronteira. Ciência Hoje, 2(10):38-9. jan/fev. 1984a.
- OZORIO DE ALMEIDA, A. Luiza. Seletividade perversa na ocupação da Amazônia. Pesquisa e Planejamento Econômico, 14(2):353-92, 1984b.
- . A dinâmica econômica na fronteira brasileira. Rio de Janeiro, UFRJ, 1987. Tese de titular em economia.
- . "Debt-Peonage and Over-Deforestation in the Amazon Frontier". Rio de Janeiro, IPEA-RIO, 1990b.
- OZORIO DE ALMEIDA, A. Luiza; MUSUMECI, L.; GOMENSORO, S. Tecnologia agrícola moderna para o pequeno produtor na Amazônia. In: SEMINÁRIO SOBRE TECNOLOGIA PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS NO TRÓPICO ÚMIDO. Manaus, CEPAL, abr. 1987. 26 p.
- OZORIO DE ALMEIDA, A. Luiza & RABELLO DE CASTRO, C.B. A pequena produção nos países desenvolvidos: "setor informal" ou "pequena empresa". In: ANAIS, ANPEC, vol.3, p.1457-73, 1989.
- . A pequena produção: uma visão unificada. Estudos Econômicos, vol.19, nº especial, p.9-23, 1990.
- OZORIO DE ALMEIDA, A. Luiza & SANTOS, C.F.V. dos. A colonização oficial na Amazônia nos anos 80. Rio de Janeiro, IPEA-RIO, 1990a.
- SAWYER, Donald Rolfe. Colonização da Amazônia: migração de nordestinos para uma frente agrícola no Pará. Revista Econômica do Nordeste, 10(3):773-812, jul/set. 1979.
-

